

# DATA LUTA



## BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.  
Presidente Prudente, janeiro de 2011, número 37. ISSN 2177-4463.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATA LUTA

**Wikileaks, a imprensa, o MST e eu**

### ARTIGO DO MÊS

**Na sombra da imaginação(3): o camponês e a superação de um 'destino medíocre'**

[www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php](http://www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php)

### EVENTOS

*XIX Encontro Nacional dos Estudantes de Geografia - ENEG*

Vitória – Espírito Santo, 6 a 12 de fevereiro de 2011

*XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina - EGAL*

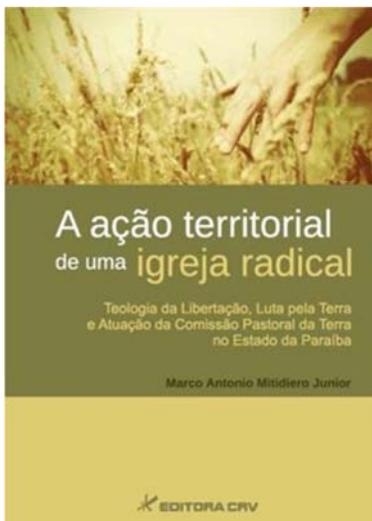
San José – Costa Rica, 25 a 29 de julho de 2011

*V Simpósio Internacional de Geografia Agrária.*

*VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária.*

Belém – Pará, 7 a 11 de novembro de 2011

### PUBLICAÇÃO



**Ação territorial de uma igreja radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**

*Autor: Marco Antonio Mitidiero Junior*

Este livro discute profundamente a face moderna das lutas sociais organizadas por camponeses em todo o Brasil e, em específico, as particularidades das lutas contemporâneas no campo paraibano. A contribuição pioneira do texto está em analisar o surgimento dos movimentos sociais diretamente apoiados por parte da Igreja Católica, ambos influenciados pela teologia da libertação. Camponeses expulsos e trabalhadores rurais pobres tornam-se sujeitos sociais portadores da sua própria história, organizando lutas efetivas por transformações das suas condições de vida, que, até certa medida, transformam seu lugar, sua região, seu país e seu mundo.

APOIO



Elaborado por Rubens dos Santos Romão Souza e Danilo Valentin Pereira. Pesquisadores do NERA – Bolsistas Ciência na UNESP.  
Coordenação: Francilane Eulália de Souza

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

## WIKILEAKS, A IMPRENSA, O MST E EU

Clifford Andrew Welch  
Prof. Dr. Ajunto do Curso de História  
Universidade Federal de São Paulo  
Pesquisador do NERA  
[cawelch@unifesp.br](mailto:cawelch@unifesp.br)

Demorou. Em abril de 2007, pedi pessoalmente uma cópia do relatório do investigador dos Estados Unidos da América que me entrevistou sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Pedi de novo por email, em setembro, mas não recebi resposta, muito menos o documento. Foi o grupo Wikileaks que recentemente revelou os resultados dos andamentos do agente estadunidense no Pontal do Paranapanema - SP, e meu nome estava no meio das reportagens que saíram nos jornais nos dias 19 e 20 do dezembro de 2010.

Como coordenador adjunto do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) em abril de 2009, confesso que estava pouco animado com a visita do Vice Consul Benjamin A. LeRoy do Consulado Geral dos EUA, em São Paulo, quando nos pediu uma hora para “conhecer o trabalho do NERA e aprender um pouco mais sobre reforma agrária e movimentos sociais de sem-terra,” como nos escreveu a assistente de assuntos políticos do consulado, Arlete Salvador.

Como historiador especializado em estudos da política externa dos EUA na América Latina, já conhecia figuras como LeRoy e seus relatórios. Eram fontes importantes para entender a natureza da interferência do império em sua esfera de influência. Agora o disco virou e eu era a fonte. Fiquei assustado com os erros do relatório de Benjamin, a distorção dos fatos interpretados pelo cônsul-geral Thomas White e, mais uma vez, preocupado com o método empírico do historiador, que depende muito de documentos oficiais e notas jornalísticas.

Faz sentido confiar em um investigador que nem sabe onde estava ou com quem estava falando? O despacho que relata a investigação de Benjamin usa a sigla Uneste no lugar da sigla Unesp e dá como a minha afiliação institucional a Universidade de Michigan, ambas afirmações completamente equivocadas.

Pior, ainda, é a fala atribuída a mim por Benjamin e relatado pelo White que ficou como manchete no Globo: “MST teria espiões no Incra para orientar invasões”. Nunca falei e jamais falaria algo assim. Em primeiro lugar, a palavra “espião” é invenção do Globo, porque não aparece nos relatos diplomáticos disponibilizados pelos jornais.

No “telegrama” em questão de 29 de maio, White escreveu que “O MST segue uma metodologia programada em suas ocupações de terra que inclui a utilização de contatos dentro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para ajudar selecionar alvos, segundo [...] Welch.” Em outro momento, o cônsul relata que eu o informei de que “o MST aproveita contatos dentro do Incra para determinar qual será a próxima área sujeito a desapropriação.” Segundo o relato, “Welch contou para

Benjamin que o INCRA não disponibiliza as informações ao público e que o único jeito para o MST acessar os dados seria através de informantes dentro do INCRA.”

O jeito como o cônsul interpretou o relato de Benjamin de coisas que não falei sobre as relações entre o MST e o INCRA reflete mais o macartismo que a realidade do Brasil. Macartismo é a ideologia do “medo vermelho” que causou alarme nos EUA nos meados do século passado quando foi alegado que espiões russos infiltrados no setor público estavam minando a segurança nacional do país. A atual situação no Brasil não tem nada ver com a Guerra Fria, obviamente. O dever constitucional do INCRA é fazer reforma agrária. O MST procura pressionar para que o INCRA realize a reforma agrária.

É bom lembrar, como falei para o Benjamin, que as informações do INCRA são públicas para todo mundo. Lembro-me que tentei explicar para o Benjamin que a maioria das ocupações do MST não foi realizada em maneira aleatória, mas a partir de áreas com desapropriação em andamento. Quer dizer, o movimento faz esforço para colaborar com o processo constitucional de identificação de terras improdutivas ou sujeita a desapropriação por violar as leis trabalhistas ou ambientalistas. **É o cônsul que inventou um sentido de clandestinidade.**

No mesmo documento de abril, que tem o título “O método do MST: tira proveito do governo, alienar os vizinhos,” o cônsul toma vantagem da investigação do Benjamin para alegar que membros do MST que ganham lotes de reforma agrária do INCRA vão acabar “alugando ao agronegócio” a terra “numa prática cínica e irônica.” A fonte para esta informação parece ter sido “um líder do agronegócio” em Presidente Prudente.

Fora de contexto, assim como apresentado no despacho diplomático, o aluguel dos lotes parece ser de fato “cínico e irônico.” O relatório não contempla a pressão das usinas aos assentados, com oferta de dinheiro fácil para o plantio da cana de açúcar, que tem causado muitos problemas aos assentamentos, como demonstram várias pesquisas realizadas pela UNESP<sup>1</sup>. A coordenação nacional do MST é declaradamente contra a prática.

Há outros erros e interpretação nos documentos e notícias. A Folha aproveitou o esvaziamento dos documentos para alegar que o MST está em “declínio,” que a “base do movimento encolheu.” O Globo dá destaque para um suposto abandono da causa da luta pela terra pelo Presidente Lula, uma interpretação que aparece nos telegramas do White. Porém, é difícil sustentar estes argumentos. De fato, os cálculos das estatísticas do governo Lula bem como os do NERA sustentam o contrário, mostrando que Lula assentou mais famílias que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que declarou ter feito mais para reforma agrária que qualquer outro presidente brasileiro, mas o governo Lula defende que assentou 59 por cento dos beneficiários de reforma agrária na história do Brasil.

No caso das ocupações de terras e o número de famílias envolvidas na luta pela terra, as estatísticas são quase iguais. Durante os oito anos do governo Cardoso, 571.650 famílias participaram em

---

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, as pesquisas de Elienai Constantino Gonçalves: Disputa territorial entre os movimentos camponeses e o agronegócio sucroalcooleiro no Pontal do Paranapanema – SP, 2010; Nivea Massaretto. Impactos territoriais da cana-de-açúcar nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema, 2010.

3.876 ocupações organizadas por mais que 20 movimentos. Os números do governo Lula ainda não foram calculados totalmente, mas durante os primeiros sete anos, foi registrada a participação de 480.214 famílias em 3.621 ocupações.

Temos que agradecer Wikileaks por quebrar o sigilo que ainda reina nos círculos diplomáticos décadas depois do final da Guerra Fria. Em meu caso, deu para desmentir fatos equivocados e desconstruir interpretações anacrônicas, inclusive das reportagens da grande imprensa.